

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo
(Organizadora)


Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Natalia Colombo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências humanas [recurso eletrônico] : afeto, poder e interações / Organizadora Natalia Colombo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-457-3

DOI 10.22533/at.ed.573200710

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I.Colombo, Natalia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O primeiro volume de “Afeto, Poder e Interações” transita entre as temáticas relacionadas aos direitos humanos, democracia, cidadania, racismo, migrações e territórios.

Dialéticas Marxistas dão base para análises da prática profissional do serviço social, violação dos direitos humanos como meio de compreensão do fenômeno da pobreza (e os desafios do exercício da cidadania por pessoas em situação de rua) e práticas educativas apoiadas nos direitos humanos para a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Colaboram, também, com as análises voltadas a um projeto educacional aplicado como ferramenta para que crianças se assimilem aos lugares de resistência ancestral de forma positiva; e sobre a relação da juventude com a alienação política. Precedendo a observação sobre como a formação continuada docente colabora com a promoção de mudanças metodológicas no ensino e, por consequência, nas mudanças de aprendizado.

Na sequência, relações de poder de ideologia patriarcal e as lutas das mulheres abrem espaço para os debates feministas e os papéis de esteio feminino nas sociedades – desde debates revolucionários à temáticas de saúde pública e autocuidado.

Performance e psicologia analítica são abordados na construção do personagem fictício e aplicados em projetos de combate à violência contra a mulher.

Reflexões de caráter antropológico e a contextualização da origem da imprensa alternativa homossexual são apresentados para o entendimento sobre a percepção de sujeitos gays negros frente à sociedade.

Além da compreensão de uma perpetuação de um estereótipo embranquecido – pano de fundo para o marketing de empreendimento imobiliário na formação do imaginário social na cidade de São Paulo.

Os capítulos finais abordam o estigma social, preconceito e desvalorização humana de profissões relacionadas à coleta de lixo; além do recorte local de um processo migratório global causador do aumento da população vulnerável em todo o planeta.

Na esteira das relações migratórias de fronteira, apresentamos como as representações sociais de identidades culturais podem reforçar, de maneira positiva, identificações entre nações.

Trata-se ainda, sobre o multiculturalismo e peculiaridades do campo; sob análises do processo histórico no qual o conceito de propriedade se cunhou; territórios e resistências na construção de comunidades e sobre a luta e libertação do colonialismo.

Natalia Colombo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SERVIÇO SOCIAL E TEORIA MARXIANA: HISTÓRIA, SUPERAÇÕES E CONTINUIDADES Nathália Pereira Prado Solange Fernandes DOI 10.22533/at.ed.5732007101	
CAPÍTULO 2	16
A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA Gustavo Júnior Andrade dos Reis Robert Henrique Sousa Dantas Paulo Sérgio Araújo DOI 10.22533/at.ed.5732007102	
CAPÍTULO 3	25
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ALDENIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI Sandra Muniz Vieira DOI 10.22533/at.ed.5732007103	
CAPÍTULO 4	38
REVERBERANDO O LUGAR DA PEQUENA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ATRAVÉS DO PROJETO: AFRICANIDADES E BRASILIDADES Marivania Xavier Cavalcanti Costa DOI 10.22533/at.ed.5732007104	
CAPÍTULO 5	49
PROTAGONISMO JUVENIL OU ALIENAÇÃO: DILEMAS DO COTIDIANO E INTERAÇÕES NO CAMPO POLÍTICO José Silon Ferreira Aloisio Ruscheinsky DOI 10.22533/at.ed.5732007105	
CAPÍTULO 6	62
ESTUDO SOCIOINTERACIONAL DO DISCURSO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF EM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA Vera Lúcia Godinho Carneiro DOI 10.22533/at.ed.5732007106	
CAPÍTULO 7	73
APONTAMENTOS SOBRE PATRIARCADO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS DAS MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO Rita de Cassia Krieger Gattiboni Rosângela Angelin DOI 10.22533/at.ed.5732007107	

CAPÍTULO 8.....	85
SAÚDE E SABERES DAS MULHERES EM CONTEXTO RIBEIRINHO	
Priscila Freire Rodrigues	
Lígia Costa de Sousa Nogueira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.5732007108	
CAPÍTULO 9.....	101
NÓS - TEATRO DAS OPRIMIDAS E A (DES) NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES	
Michelle dos Santos Lomba	
DOI 10.22533/at.ed.5732007109	
CAPÍTULO 10.....	116
O MUNDO ÍNTIMO DOS ARTISTAS: SANIDADE OU LOUCURA SOB O VIÉS JINGUIANO	
Andréa Hamminni Pires da Silva Avila Franquetto	
Carla Barcelos Nogueira Soares	
João Carlos de Aquino Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.57320071010	
CAPÍTULO 11.....	128
QUESTÕES DE (DES)GOSTO: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE MASCULINIDADE, NEGRITUDE, HOMOSSEXUALIDADE E AFETO	
Vinicius Luis Pires Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.57320071011	
CAPÍTULO 12.....	140
A EUGENIA NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1988-1990 ATRAVÉS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”	
Bolají Alves Matos de Paula Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.57320071012	
CAPÍTULO 13.....	151
O CANTO DAS SEREIAS: IMAGENS DO HABITAR NA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O CAPITALISMO FINANCEIRO	
Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro	
Fábio Lopes de Souza Santos	
DOI 10.22533/at.ed.57320071013	
CAPÍTULO 14.....	167
O GARI E O CATADOR COMO TRABALHADORES <i>OUTSIDERS</i> E A ESTIGMA SOCIAL	
Kayo Henrique Duarte Gameleira	
Thallys Emanoell Pimenta de Freitas	
Ailton Siqueira de Sousa Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.57320071014	

CAPÍTULO 15	180
REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL	
Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer	
Flávia Candido da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.57320071015	
CAPÍTULO 16	194
A REAFIRMAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DA AMIZADE URUGUAIO-BRASILEIRA NO TELEJORNALISMO E NO IMAGINÁRIO FRONTEIRIÇO	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.57320071016	
CAPÍTULO 17	208
IMPLICÂNCIAS E SILÊNCIOS DA HISTÓRIA EM RELAÇÃO AO LINGUAJAR CAMPEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.57320071017	
CAPÍTULO 18	226
A PROPRIEDADE DA TERRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	
Lorenzo Giovanni Gava	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.57320071018	
CAPÍTULO 19	234
GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS: OS DESAFIOS NO DEBATE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	
Maria Pricila Miranda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.57320071019	
CAPÍTULO 20	244
PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA ÁFRICA LUSÓFONA: AMÍLCAR CABRAL E O MOVIMENTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	
Cam-naté Augusto Bissindé	
DOI 10.22533/at.ed.57320071020	
SOBRE O ORGANIZADOR	260
ÍNDICE REMISSIVO	261

CAPÍTULO 2

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Data de aceite: 01/10/2020

Gustavo Júnior Andrade dos Reis

Instituto Santo Tomás de Aquino
Belo Horizonte-MG
<http://lattes.cnpq.br/0959058418112492>

Robert Henrique Sousa Dantas

Instituto Santo Tomás de Aquino
Belo Horizonte-MG
<http://lattes.cnpq.br/8302657692817921>

Paulo Sérgio Araújo

Informação na UFP
Porto, Portugal.
ISTA- Instituto São Tomás
Aquino – BH.

Núcleo de Tecnologia Municipal de Betim – MG
<http://lattes.cnpq.br/8880373888105179>

RESUMO: A pesquisa da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os processos de violação, a partir do contexto da pessoa em situação de rua é uma perspectiva para tentarmos analisar o fenômeno das pessoas em situação de rua mesmo em face à existência dos direitos humanos. Portanto, iremos tentar analisar o processo de violação de direitos deste público. Desse modo, no primeiro capítulo, identificaremos o que podemos entender como fenômeno da pobreza correlacionado a existência de pessoas em situação de rua; no segundo capítulo, definiremos os conceitos e as lógicas de organização social das instituições, a partir de Peter Berger; e no terceiro capítulo,

verificaremos as estruturas relacionadas à situação de rua e violação dos direitos humanos. O viés metodológico implementado nesta pesquisa, foi de análise de textos, artigos e livros que esteja em consonância com o objetivo desta pesquisa, e faremos uma abordagem sociológica para um maior enriquecimento do mesmo. Logo, esperamos com esse trabalho compreender como se circunscreve o fenômeno pobreza em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, compreender os desafios da população de rua em torno do exercício de sua cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Pobreza. Violação. Situação de rua. Alteridade. Ética. Peter Berger.

THE UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS AND THE PROCESSES OF VIOLATION FROM THE PERSON IN THE STREET SITUATION

ABSTRACT: The research of the Universal Declaration of Human Rights and the rape processes, from the context of the person on the street, is a perspective to try to analyze the phenomenon of people on the street even in the face of the existence of human rights. Therefore, we will try to analyze the process of violating the rights of this public. Thus, in the first chapter, we will identify what we can understand as the phenomenon of poverty correlated with the existence of people living on the streets; in the second chapter, we will define the concepts and logics of social organization of institutions, based on Peter Berger; and in the third chapter,

we will look at the structures related to homelessness and human rights violations. The methodological bias implemented in this research was the analysis of texts, articles and books that is in line with the objective of this research, and we will make a sociological approach to further enrich it. Therefore, we hope with this work to understand how the phenomenon of poverty is circumscribed in relation to the Universal Declaration of Human Rights, that is, to understand the challenges of the street population regarding the exercise of their citizenship. **KEYWORDS:** Human rights. Poverty. Violation. Street situation. Alterity. Ethic. Peter Berger.

1 | INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os processos de violação a partir do contexto da pessoa em situação de rua, compõe uma perspectiva de tentarmos analisar o fenômeno das pessoas em situação de rua, face à existência dos direitos humanos e seus processos de violação.

Desse modo, no primeiro capítulo, identificaremos o que podemos entender como fenômeno da pobreza, correlacionado a existência de pessoas em situação de rua, tendo em vista que, a pobreza apresenta várias concepções ao decorrer da história e isto exige um esforço significativo, devido essas concepções, já que estas estão ligadas ao *ethos* de uma cultura, sociedade ou grupo. No segundo capítulo, definiremos os conceitos e as lógicas de organização social das instituições, a partir de Peter Berger, mostrando que a moral e instituição se constituem de acordo com as necessidades de uma sociedade e de que o indivíduo é demarcado de acordo com a organização social. E por fim, no terceiro capítulo, verificaremos as estruturas relacionadas à situação de rua e violação dos direitos humanos, vendo que a estrutura econômica, política e social em que vivemos, potencializam o processo de concentração de renda e proporciona um constante aumento do número de pessoas que perdem a moradia convencional. Assim sendo, as pessoas em situação de ruas passam a não terem seus direitos garantidos e não são vistos como seres humanos.

Logo, esperamos com esse trabalho compreender como se circunscreve o fenômeno pobreza em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, compreender os desafios da população de rua em torno do exercício de sua cidadania, uma busca por uma identidade social.

2 | CONCEITOS DE POBREZA: IDADE MÉDIA – MODERNIDADE

A ideia de pobreza apresenta múltiplas concepções no decorrer da história, compreendê-las não é complexo, visto que essas concepções estão estritamente interligadas ao modo de ser – *ethos* – de uma cultura, sociedade, grupo, clã. Portanto, podemos dizer que o sentido dado à palavra pobreza adquire diversos significados durante o percurso histórico idade média – modernidade. Segundo Pereira:

Os significados atribuídos à pobreza sofreram alterações através da história: vão desde o entendimento religioso da pobreza como um privilégio dos bem aventurados e como tal uma bênção divina, uma qualidade almejada, até o conceito atual pelo qual a pobreza é associada à falta, à carência. No primeiro caso havia uma positividade relacionada a essa situação. No entanto, pobreza não se reduz a uma questão somente econômica, tampouco se reduz à sua manifestação mais imediata – a fome; de mesma forma, a cidadania não pode ser reduzida a direitos sociais. Ela configura-se numa relação com direitos políticos e jurídicos e, sem ignorar os avanços civilizatórios dela advindos e a luta dos trabalhadores em sua construção, a cidadania tal qual a vivenciamos [...] (PEREIRA, 2011, p. 01).

A Idade média é marcada como um período no qual os sujeitos pobres estavam circunscritos como sendo pobres de Cristo, ou seja, tendo uma localização social, uma identidade, e isso é relevante, visto que garantia ao indivíduo um lugar no mundo, que dirá aquilo que o indivíduo deve fazer e esperar da vida. Neste caso, a localização social não demarca apenas o sujeito em situação de pobreza, mas orienta a ação das pessoas em relação aos mesmos. Portanto, era dever da cristandade cuidar dos pobres.

Segundo Pereira,

No século XII, com as mudanças estruturais, advindas do processo de urbanização e das transformações na economia monetária e na propriedade rural, que solaparam o sistema feudal, a presença da pobreza passou a ser associada à cidade, cabendo ao poder público dar esmolas aos pobres. (PEREIRA, 2011, p. 02).

Em um primeiro momento, não temos uma mudança paradigmática na localização social desses indivíduos, visto que ainda estão associados ao todo, as cidades, ao espaço urbano, isto é, tem uma tentativa de universalidade valorativa que toca a situação e os cuidados com esses pobres. A identidade e ação desses indivíduos estão interligadas à espacialidade, religiosa e geográfica.

Em um segundo momento, “o pobre laborioso dos séculos XIII e XIV era o camponês expropriado que, livre dos laços servis, almejava viver de seu trabalho, embora muitas vezes não o conseguisse.” (PEREIRA, 2011, p. 02), O fenômeno pobreza por mais que haja certa mudança na forma de trabalho, ainda está associado a um valor que tenta se universalizar e que constitui a vida dos indivíduos em torno do cuidado (assistência), em outras palavras, esses indivíduos são assistidos em suas necessidades, pois, existe um valor que ainda é capaz de ordenar a vida desses sujeitos.

Portanto, a partir de certo costume, o homem como animal simbólico constrói uma trama de virtudes, isto é, forma um conjunto de valores e obrigações para os membros da sociedade na qual o mesmo se estabelece para que tenham um princípio condutor necessário para o bem estar de todos e harmonia, em outras palavras, união e relação do costume e, a disposição do indivíduo agir conforme o costume construído é corroborado pelo meio social em que esse se encontra e faz parte. Assim, esses costumes são repassados

para a posteridade, não com intuito de manter uma rigidez (costumes imutáveis), mas de transmitir valores que para seus antepassados foram necessários para a identidade individual e consolidação social, e são importantes para os descendentes terem um ponto de referência (estrutura social, localização social) no qual possam se sentir seguros, porém, como já foi dito, esses valores são modificados de acordo com as necessidades sociais de uma determinada comunidade composta por indivíduos- em-mudança (seres humanos).

Contudo, quando nos situamos na modernidade, o sujeito não está demarcado por uma tradição, história que se consolida através da posteridade, mas são os próprios indivíduos que criam suas narrativas, ou seja, não há uma totalidade que consiga abarcar toda a civilização, visto que o indivíduo não pertence esta ou aquela localidade, o indivíduo é um cidadão do mundo um sujeito global. O que irá demarcar o sujeito moderno é a consciência de si, posse e direitos, desse modo, o sujeito autônomo se encontrará no exercício de seus direitos e na posse simbólica e material, ou seja, aquilo que irá demarcá-lo enquanto indivíduo, imprimir identidade. Segundo Talles,

Se a pobreza é sinal de privação de direitos, o significado desta não se esgota nas evidências da destituição material. A destituição material é a contrapartida de uma destituição simbólica que homogeneiza todas na categoria genérica e desidentificadora de pobre. Por essa via, as situações concretas que criam a destituição material – salários baixos, desemprego e subemprego, bem como a doença, a velhice, a orfandade ou a invalidez, submergem, indiferenciados, sob as imagens de carência e de impotência que criam a figura de uma pobreza transformada em natureza e evocam a exigência de um estado tutelar que deve proteção aos deserdados da sorte (TELLES apud PEREIRA, 1992, p.135).

Logo, pobreza é sinal de negação do indivíduo, uma não identidade, ou seja, é uma limitação do exercício da sua própria humanidade. Pois, a razão moderna diz como ele deve ser, porém, a ética não acompanha esse outro que está em situação de pobreza de forma universal, satisfatória. Segundo Herrero,

[...] o problema principal que nos aflige atualmente, do ponto de vista ético, é que a civilização ocidental, sendo uma civilização da razão, é a única que se tornou universal, mas sem poder dotar o *ethos* tradicional de um dinamismo que o tornasse igualmente universal. O problema está em que a razão se expandiu em várias direções, (científica, técnica, organizacional, política), mas no âmbito do *ethos* não consegue criar um novo paradigma de racionalidade ética ou uma ética universal para uma civilização universal. (HERRERO, 2012, p.394).

Existe uma possibilidade de humanidade movida pela racionalidade universal, entretanto, não há um valor que consiga se universalizar e possibilitar um compromisso com o outro, visto que o outro é aquele que possui uma identidade na qual ele possa se afirmar no mundo, o sujeito em situação de pobreza e destituído desta humanidade, ele é negado em seus direitos e na posse, a única coisa que resta a esse sujeito é a sua não

realização, ele é apenas uma coisa, privada de seus direitos, negada em sua identidade.

Na modernidade não há uma espacialidade fixa, onde o indivíduo possa se situar no mundo por meio da tradição como havia antes em instituições históricas como religião, família e escola. O indivíduo é um ser que transita entre os valores sem se fixar em uma determinada estrutura valorativa, ele reconhece ou nega, a partir de si mesmo. Portanto, podemos dizer que historicamente a pobreza deixa de ser uma manifestação do Divino, o sujeito negando a posse e a si (coletivo) para alcançar o seu fim em Deus, para ser uma manifestação da negação do outro enquanto humanidade, identidade social.

3 I ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES

O nascimento e evolução dos costumes originaram-se de um esforço para ajustar à vida grupal, isto é, os costumes foram a primeira instituição social do ser humano, nesse contexto, o ser humano entra em um processo de domínio de sua natureza primeira (animalesca), afim de melhor se adequar às normas da coletividade na qual o mesmo, se encontra situado historicamente. Portanto, em um primeiro momento, o “bom e o mau” são estabelecidos engendrado naquilo que se tem como útil, em outras palavras, aquilo que atende os interesses da coletividade, desse modo, não há responsabilidade individual pelo fato de o ser humano está totalmente abarcado pela coletividade, ele se institucionaliza. Segundo Berger,

Gehlen concebe a instituição como um órgão regulador, que canaliza as ações humanas quase da mesma forma como os instintos canalizam o comportamento animal. Em outras palavras, as instituições proporcionam métodos pelos quais a conduta humana é padronizada, obrigada a seguir por caminhos considerados desejáveis pela sociedade. E o truque é executado ao se fazer com que esses caminhos pareçam ao indivíduo como únicos possíveis. (BERGER, 2011, p. 101).

Podemos notar que a moral é experimentada nas situações pragmáticas e a instituição estrutura essas situações reais, esse dever ser, isto é, realidades concretas do ser humano, mudam historicamente, visto que acompanha as situações fundamentais do desenvolvimento social (Ex.: O costume de ter escravos para fazer o trabalho pesado).

A moral e a instituição se constituem de acordo com as necessidades de uma sociedade, elas são profundamente entranhadas nas situações reais das pessoas, formando costumes – modo de vida. Portanto, estruturas mentais (paradigmas) que orientam o comportamento individual e coletivo, justificando-os à luz dos costumes ou interesses de cada época que atendam determinadas necessidades da estrutura social na qual ela está situada historicamente.

A estrutura institucional da sociedade proporciona a tipologia para nossas ações. Só muito, muito raramente é que temos necessidade de imaginar novos tipos segundo os quais nos conduzir. No mais das vezes, podemos no

máximo escolher entre o tipo A e o tipo B, tendo ambos sido pré-definidos a priori. Poderíamos decidir entre ser artista ou homem de negócios. Em ambos os casos, porém, encontraríamos predefinições bastante precisas do que devemos fazer. E nenhum dos dois estilos de vida terá sido inventado por nós. (BERGER, 2011, p. 103).

Podemos dizer que o indivíduo é tipificado de acordo com a organização social, ou seja, ele deve seguir esse costume, uma vez que esses costumes agem de tal modo que formam como uma segunda natureza do indivíduo.

Portanto, a instituição localiza o indivíduo em um determinado local, ela imprime uma particularidade (professor, pai etc.). Entender como esses indivíduos se constituem institucionalmente é de suma importância para entendermos de quem estamos falando, pois, pertencer a uma estrutura social é dizer ao mundo quem eu sou, é possuir uma identidade, uma pertença social – um lugar no mundo.

4 | AS ESTRUTURAS RELACIONADAS À SITUAÇÃO DE RUA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A estrutura econômica, política e social em que vivemos, estimulam e potencializam o processo de concentração de renda e proporciona um constante aumento do número de pessoas que perdem a moradia convencional. Por não terem como pagar aluguel, pelo desemprego, ou porque fogem da violência no local de origem, muitos vão sobreviver na rua. Estes passam a não terem seus direitos garantidos e não são vistos como humanos.

O conceito de humanidade assume uma dimensão ontológica e política. Ontológica, no sentido de que o pertencimento à humanidade garante ao indivíduo a possibilidade de carregar consigo o direito a ter direito. Política, na perspectiva de que o direito a ter direitos exigiria uma tutela internacional homologada na perspectiva da humanidade. (BRITO, 2013, p. 191).

A população de rua, pode-se dizer que é um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum, a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.

Os direitos do heterogêneo são pois ao mesmo tempo imperativos e limitados. Nenhum pensamento pode começar a não ser sob o impulso violento de um caso-de-pensamento. Exclui-se proceder a partir de um princípio. E cada começo, sendo um impulso singular, apresenta também um caso singular. (BADIOU, 1997, p. 24).

As pessoas em situação de rua são aquelas que perdem o acesso à moradia convencional. É um estágio para além de uma mera segregação espacial, uma verdadeira exclusão socioespacial. Muitos que estão nesta situação, passaram por conflitos familiares, drogadicção e de pessoas portadoras de sofrimento ou deficiência mental. Eles também

sofrem vários tipos de preconceitos, enfrentam desafios como a perda da autoestima, da depressão, da falta de trabalho, do alcoolismo, dos vícios em geral e tudo mais que as calçadas e marquises oferecem. E, quase que invariavelmente, é alvo de medidas de higienização, repressão e confinamento, o que é uma grande violência.

Segundo o Comitê Pop Rua (2018), há vários exemplos de violência com pessoas em situação de rua como agressões físicas a pessoas enquanto dormem; expulsão compulsória de quem vive pelas ruas por autoridades municipais; abrigos públicos inseguros e insalubres; mortes por hipotermia; maltrato por agentes públicos; entre outros. Sem perder de vista a violência verbal e simbólica, produzida e reproduzida no cotidiano da vida e na mídia.

Pessoas em situação de rua se encontram num estágio de grande vulnerabilidade social, subsistem com pouca ou nenhuma renda. Habitualmente, trabalham como catadores de material reciclável, lavadores de carro, fazem artesanatos e os mais diversos tipos de bicos e mendicância.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz que o nosso país pretende ser um:

[...] Estado Democrático de Direito, destinado assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade à segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e Internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL, 1988).

A Constituição é considerada a norma fundamental do nosso ordenamento jurídico, e as outras leis devem respeitar o que ela diz, viabilizando assim, a conquista dos direitos nela prescritos. Tudo para construir uma sociedade justa e fraterna, em que a dignidade da pessoa esteja no centro de todas as decisões. A principal base legal para as recomendações contidas nesta seção é a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que em seu inciso III do Art. 1º estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e em seu Art. 5º define os direitos e deveres individuais e coletivos. Este artigo garante a todos, a livre locomoção no território brasileiro nos tempos de paz; o direito de propriedade; que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; e privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Já no Art. 6º o transporte é definido como direito social.

Se encontramos cidadãos vivendo nas ruas porque não lhes é assegurado o direito ao trabalho e à moradia, é sinal de que a Constituição do Brasil não está sendo respeitada. Se encontramos muitas áreas urbanas abandonadas e ociosas, é sinal de que a propriedade não está cumprindo a sua função social. E uma propriedade nessa situação não merece proteção jurídica. Em outras palavras, essas áreas podem ser ocupadas por aqueles que estão em necessidade e que darão a essa propriedade uma função social. “[...]”

o teor da violência se estende às mãos daqueles que teoricamente têm a função proteger” (RUA, 2018, p. 5).

“A violação dos direitos em um só lugar da terra é sentida em todos os outros” (BRITO apud KANT, 2013, p. 192). Portanto, as leis do país devem assentar-se nos princípios da ética, e esta diz que toda a sociedade deve se organizar para permitir vida digna para todos, os poderes do Estado devem colaborar para que esse objetivo seja alcançado. Os direitos assegurados a todos, na Constituição, devem ser tirados do papel e colocados no chão da vida do povo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificar o fenômeno pobreza ao longo da história, correlacionando está com as pessoas em situação de rua, concluímos que a pobreza é sinal de negação do indivíduo, uma não identidade, ou seja, é um impedimento do exercício da sua própria humanidade. Pois, a razão moderna diz como ele deve ser, porém a ética não acompanha esse outro que está em situação de pobreza de forma universal. Assim sendo, podemos dizer que historicamente a pobreza deixa de ser uma manifestação do Divino, o sujeito negando a posse e a si (coletivo) para alcançar o seu fim em Deus, para ser uma manifestação da negação do outro enquanto humanidade, identidade social.

Definindo os conceitos e as lógicas de organização social das instituições, a partir de Peter Berger, podemos dizer que o indivíduo é tipificado de acordo com a organização social, ou seja, ele deve seguir um costume, uma vez que esses costumes agem de tal modo que formam como uma segunda natureza do indivíduo. Portanto, a instituição localiza o indivíduo em um determinado local, ela imprime uma particularidade (professor, pai etc.). Entender como esses indivíduos se constituem institucionalmente é de suma importância para entendermos de quem estamos falando, pois pertencer a uma estrutura social é dizer ao mundo quem eu sou, é possuir uma identidade, uma pertença social – um lugar no mundo.

Ao verificar as estruturas relacionadas à situação de rua e violação dos direitos humanos, concluímos que se encontramos cidadãos vivendo nas ruas é porque não lhes é assegurado o direito ao trabalho e à moradia – são elementos que definem a identidade do homem moderno –, é sinal de que a Constituição do Brasil não está sendo respeitada. Se, encontramos muitas áreas urbanas abandonadas e ociosas, é sinal de que a propriedade não está cumprindo a sua função social. E uma propriedade nessa situação não merece proteção jurídica. Portanto, as leis do país devem assentar-se nos princípios da ética, e esta diz que toda a sociedade deve se organizar para permitir vida digna para todos, os poderes do Estado devem colaborar para que esse objetivo seja alcançado. Os direitos assegurados a todos, na Constituição, devem ser tirados do papel e colocados no chão da vida do povo.

Reencontrar no rosto do semelhante, que em condição desumanizada, habita as ruas das cidades brasileiras, representa um aspecto fundante, de um nomos social constituído e poderá ser uma perspectiva para uma mudança. Para a construção de uma ética em que o ser humano não se constitui como um meio, um objeto, mas é um fim em si mesmo, remontando os princípios da ética kantiana, gênese dialogante que estrutura a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Princípio que precisamos conhecer e resgatar para a construção de uma sociedade mais integrada e justa.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. **Deleuze: o clamor do ser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BERGER. Peter. **Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística**. Trad. Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. (Acesso em: 06/10/2019).

BRITO, Fausto. **A ruptura dos direitos humanos na filosofia política de Hannah Arendt**. *Kriterion* - vol.54, n°.127, Belo Horizonte Jun/2013, p.177-196.

Comitê Pop Rua. **Recomendações para políticas públicas para pessoas em situação de rua / Comitê PopRua**. Belo Horizonte, 2018.

HERRERO. F. Javier. A ética filosófica de Henrique Cláudio de Lima Vaz. **Revista de Filosofia Síntese**, Belo Horizonte, v. 39, n. 125, Belo Horizonte: FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia BH, 2012. Disponível em: www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/download/1856/2162/ (Acesso em: 15/10/2019).

PEREIRA. Viviane Souza. Perspectivas de análise da pobreza na sociedade produtora de mercadorias: elementos para o debate. **V jornada internacional de políticas públicas**. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afeto 2, 43, 128, 134

Africanidades 38, 42, 43, 44, 46, 48

Alteridade 16, 54, 113

América Latina 3, 4, 14, 81, 84, 163, 169, 180, 181, 185, 187, 188, 190, 238

Antropologia 128, 130, 135, 138, 179, 195, 207, 235, 236

Arquétipos 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 134

Artes 60, 101, 114, 116, 117, 120, 125, 127, 178

C

Comunicação 57, 58, 63, 64, 69, 70, 126, 138, 142, 148, 150, 154, 156, 159, 161, 166, 181, 186, 190, 192, 194, 195, 207, 245, 260

D

Democracia 29, 37, 41, 49, 50, 52, 54, 56, 58, 59, 75, 79, 185, 224, 227, 254, 256

Dialética 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 54, 57, 113, 161

Direitos das Mulheres 73, 77, 79, 81

Direitos Humanos 16, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 53, 54, 74, 78, 183, 191, 193

Discurso 4, 50, 56, 62, 63, 64, 72, 87, 92, 113, 127, 133, 147, 150, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 217, 224, 227, 254

Diversidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 41, 42, 47, 55, 58, 63, 65, 68, 71, 79, 109, 150, 158, 163, 164, 198, 211, 239, 243

E

Educação 5, 13, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 61, 62, 63, 71, 72, 73, 75, 76, 83, 85, 91, 106, 122, 199, 202, 204, 220, 224, 236, 246

Emancipação Feminina 73

Ensino 15, 25, 26, 28, 29, 34, 35, 38, 39, 41, 43, 48, 50, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 71, 90, 102, 104, 114, 125, 199, 208, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Escola 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 55, 58, 62, 68, 71, 78, 90, 112, 147, 149, 179, 209, 210, 220, 221, 222, 223, 224

Estigma 116, 132, 134, 135, 138, 167, 170, 171, 176, 177, 178

Ética 11, 16, 19, 23, 24, 59, 83, 84, 103, 149, 178

Etnografia 38, 43, 48, 130, 135, 136

Eugenia 140, 146, 150

F

Formação Continuada 62, 63, 64, 65, 71

Fronteiras 56, 57, 72, 194, 200, 201

G

Geografia 147, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 242, 243

H

História 1, 2, 7, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 34, 38, 40, 41, 42, 47, 54, 58, 61, 78, 80, 84, 89, 99, 114, 120, 122, 125, 134, 140, 141, 150, 161, 169, 185, 186, 187, 196, 197, 200, 202, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 235, 236, 240, 241, 248, 249, 256, 257, 258, 259

Homossexualidade 128, 131, 132, 133, 134, 138

I

Idosos 204

Inconsciente Coletivo 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126

Integração Social 55

J

Jornalismo 140, 195

Juventudes 49, 50, 54, 55, 60, 61

L

Ludicidade 38, 41, 42, 43, 46, 48

Lugares de resistência 38

M

Masculinidades 137

Movimento Migratório 180

Movimentos Feministas 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 83

N

Negritude 115, 128, 130, 131, 134, 149, 246

O

Outsiders 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

P

Patriarcado 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84

Pedagogia do teatro 114

Periódicos 126, 140, 141, 143, 145, 148

Plantas Medicinais 85, 86, 89, 90, 96, 97, 98, 99

Pobreza 3, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 34, 36, 37, 180, 189, 192

Propriedade da terra 226, 228

Q

Quilombo 142, 143, 234, 236, 237, 238, 239, 242

R

Racismo 32, 39, 40, 41, 47, 48, 53, 64, 104, 130, 131, 132, 133, 137, 140, 147, 148, 173, 246, 248, 257

Refugiados 180, 182, 183, 184, 185, 192, 193

S

Saúde 4, 5, 28, 31, 73, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 116, 150, 160, 163, 169, 170, 179, 180, 181, 190, 191, 204, 205, 206

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Situação de rua 16, 17, 21, 22, 23, 24

T

Temas transversais 28, 208, 221, 222, 223

Teoria Marxiana 1

Território 22, 53, 104, 123, 146, 183, 184, 191, 200, 201, 202, 223, 225, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 252, 254, 255

V

Violação 16, 17, 21, 23, 26, 148, 183

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 